



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER N.º 140/2026/PGMVG/NÚCLEO LICITACAO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

GESPRO n.º: 41022/2026

SAJ n.º: 2026.02.000787

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT.

Assunto: Análise jurídica e parecer acerca da viabilidade de celebração de Termo de Fomento entre o Município de Várzea Grande/MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o INSTITUTO FUTSAL SEM DROGAS.

EMENTA: Direito Administrativo. Parceria com Organização da Sociedade Civil. Termo de colaboração/fomento. Lei nº 13.019/2014. Chamamento público realizado. Regularidade do procedimento seletivo. Projeto aprovado pelo CMDCA. Financiamento pelo FIA. Credenciamento da entidade. Observância aos princípios da isonomia, transparência e interesse público.

I. RELATÓRIO

1. Por impulso da Secretaria Municipal de Assistência Social, submete-se a esta Consultoria Jurídica a viabilidade de celebração de Termo de Fomento, que pretendem celebrar o Município de Várzea Grande, por intermédio da Secretaria demandante, e o INSTITUTO FUTSAL SEM DROGAS.
2. Em síntese, o objeto do ajuste é a execução do projeto “**Famílias Sem Drogas**”, que tem como objetivo, em síntese, o atendimento de 50 (cinquenta) crianças e adolescentes, do município de Várzea Grande/MT, em situação de vulnerabilidade social, por meio da realização de oficinas de futebol e ballet.
3. O prazo de vigência do ajuste será de 07 (sete) meses. A proposta de repasse apresentada pela Instituição, destinada à execução do objeto pactuado, perfaz o montante de R\$ 24.137,93 (vinte e quatro mil, cento e trinta e sete reais e noventa e três centavos), a ser transferido em parcela única, conforme consta à fl. 03 dos autos.
4. É o sucinto relatório.





PROCURADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

II.1. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

5. Dispõe o art. 35, VI, da Lei nº 13.019, de 2014, que a emissão de parecer jurídico pelo órgão de assessoria ou consultoria da administração é providência necessária para a celebração do termo de fomento.

6. A análise de juridicidade da parceria feita pelo órgão consultivo não alcança o conteúdo de documentos técnicos do processo, tampouco se ocupa de substituir o gestor quanto à apreciação dos critérios de oportunidade e conveniência inerentes à prática do ato ou mesmo se presta a atestar a (in)ocorrência dos fatos retratados nas peças que guarnecem os autos.

7. De toda sorte, o desacolhimento total ou parcial das recomendações elencadas no parecer jurídico demanda da autoridade a emissão de justificativa, nos termos do art. 35, § 2º, da Lei nº 13.019, de 2014.

II.2 – DA LEGISLAÇÃO QUE REGE AS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

8. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (MROSC), estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (OSC), em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil, dentre outros.

9. Fundamental, nesse passo, observar a legislação incidente na espécie, a saber: Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014; Decreto Municipal nº 70, de 2016; Decreto Regulamentador nº 8.726, de 27 de abril de 2016; Lei Complementar nº 101/2000.

10. Sobre o tema, verifica-se que o inc. III, do art. 2º, da supramencionada lei define parceria como *"conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de*





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação".

II.3 – DO TERMO DE FOMENTO

11. A Lei nº 13.019/2014, denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, disciplina as parcerias firmadas entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos, caracterizadas como Organizações da Sociedade Civil – OSC, quando a relação envolver a transferência de recursos financeiros, através do Termo de Colaboração e o Termo de Fomento, ou sem o repasse de recursos financeiros, por meio do acordo de cooperação, conforme se depreende da leitura de seus arts. 1º, 2º, 16 e 17. *In verbis*, com destaque nosso:

Art. 1º. Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

VII - **termo de colaboração**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - **termo de fomento**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco **propostas pelas organizações da sociedade civil**, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII-Acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que **não envolvam a transferência de recursos financeiros**;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de **sua iniciativa**, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a **transferência de**



recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (grifou-se)

12. Por seu turno, o Decreto Municipal nº 70, de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 2014, no âmbito do Município de Várzea Grande, prevê em seus arts. 2º e 3º, que:

Art. 2º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 3º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros

13. À guisa dos conceitos expostos, pode-se antever que o *termo de colaboração* e o *termo de fomento* são instrumentos distintos. Embora ambos se constituam a partir de uma parceria entre a Administração Pública e uma organização da sociedade civil, no primeiro caso, o Plano de Trabalho será proposto pela Administração Pública, enquanto, no segundo, a iniciativa é da organização da sociedade civil, consoante os incisos VII e VIII, do art. 2º, da Lei nº 13.019, de 2014.

14. Desta feita, em nossa percepção, o instrumento jurídico adequado para a formalização do ajuste pleiteado é o Termo de Fomento, uma vez que aparentemente o Plano de Trabalho, constante às fls.33/43, foi elaborado pelo INSTITUTO FUTSAL SEM DROGAS.

II.4 – DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15. Sobre o tema, cumpre informar que, na forma do art. 24 da Lei nº Lei nº





PROCURADORIA
 GERAL DO
 MUNICÍPIO

13.019/2014, em regra, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público, voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

16. No caso em análise, verifica-se que houve a realização prévia de chamamento público, por meio do Edital nº 02/2025/CMDCA/FIA/VG/MT (fls.83/84), bem como do Edital nº 002/2026/ CMDCA/FIA/VG/MT (fls.86/90), destinados à seleção de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA, observando-se, assim, o procedimento competitivo exigido pela legislação de regência.

17. Registre-se que as iniciativas contempladas estão alinhadas às diretrizes da política pública de assistência social, tendo sido o projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Resolução nº 03/2026/CMDCA/FIA/VG-MT (fl.85), publicada em 20 de janeiro de 2026, bem como a Resolução nº 10/2026/CMDCA/FIA/VG-MT (fl.91), publicada em 03 de março de 2026, ambas no Diário Oficial Eletrônico de Várzea Grande/MT.

18. Diante desse contexto, resta evidenciado que a celebração da parceria foi precedida de regular procedimento de chamamento público, por meio dos mencionados Editais, em conformidade com o disposto no art. 24 da Lei nº 13.019/2014, razão pela qual se afasta a necessidade de invocação de qualquer hipótese de dispensa. Tal circunstância reforça a observância aos princípios da isonomia, da transparência e da seleção da proposta mais adequada ao interesse público, conferindo maior robustez e segurança jurídica à formalização da parceria.

19. Verifica-se, ainda, que o financiamento do projeto ocorrerá por meio do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência de Várzea Grande/MT – FIA/VG.

20. Ademais, observa-se que a organização da sociedade civil parceira se encontra devidamente credenciada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme documentação acostada às fls. 49/50, atendendo aos requisitos formais para a celebração da parceria.

II.5 – DOS REQUISITOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

21. De acordo com o art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014, para fins de celebração da



parceria, a organização da sociedade civil deverá cumprir **requisitos de organização interna**, a saber:

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - (Revogado pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - possuir: (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e III as organizações religiosas. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 3º As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso IV, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e III. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 5º Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso V, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (Grifos nossos)

22. Extrai-se da leitura do art. 3º do Estatuto Social da OSC (fl.17), que o Instituto tem





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

por uma de suas finalidades, “*estimular ações e estudos técnico-científicos, educacionais, sociais, culturais e ambientais visando à igualdade social, fortalecimento da cultura regional e a melhoria da qualidade de vida da população*”.

23. Nesse sentido, seus escopos institucionais promovem atividades de relevância pública e social.

24. Conforme consta nos autos, a execução do Projeto “FAMÍLIAS SEM DROGAS”, tem como objetivo oferecer às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social uma ocupação saudável durante o tempo livre, afastando-os das ruas, onde podem estar expostos à criminalidade, e inserindo-os em um ambiente de socialização, educação e formação de valores, com vistas à prevenção do contato com o tráfico e o uso de drogas.

II.6 – DOS REQUISITOS DOCUMENTAIS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

25. Adiante, o art. 34, da Lei nº 13.019/2014 relaciona quais documentos deverão ser apresentados pelas organizações da sociedade civil para a celebração das parcerias previstas na Lei. Seguem os requisitos documentais, *in verbis*:

Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas -CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no



endereço por ela declarado;(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
VIII - (revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

26. Para além da apresentação do plano de trabalho, deverão apresentar os documentos relacionados no art. 23, do Decreto nº 70/2016.

27. Após análise dos presentes autos, constatamos, à primeira vista, que a documentação apresentada atende aos requisitos estabelecidos pela legislação e pelo decreto que rege a matéria. **No entanto, sugerimos à Administração que realize uma avaliação documental mais minuciosa, a fim de garantir a completa conformidade e a adequada verificação de todos os aspectos pertinentes.**

28. **Registra-se, por oportuno, que no momento da assinatura do Termo de Fomento, as certidões que demonstram a regularidade da Associação deverão estar atualizadas, bem como todos os documentos que instruem os autos deverão estar autenticados em cartório ou certificado por servidor competente, devidamente identificado.**

II.7 – DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

29. O art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014, delimita com precisão as providências que **deverão** ser adotadas pela Administração antes da celebração de termos de fomento, a saber:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
 - c) da viabilidade de sua execução;
 - d) da verificação do cronograma de desembolso;
 - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
 - f) (Revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
 - g) da designação do gestor da parceria;
 - h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;
 - i) (Revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
- VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

30. Na justificativa constante às fls.04/05, a área técnica competente informa que a viabilidade técnica da proposta apresentada foi atestada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/VG.

31. Consta às fls.07/08 o parecer orçamentário atestando a existência de recursos orçamentários.

32. Nota-se ainda, às fls.04/05, a justificativa para celebração do Termo de Fomento, conforme dispõe o Artigo 15 do Decreto Municipal nº 070/2016, instrumento este que fora acolhido e aprovado pela Secretária Municipal competente (fl.06).

33. **O plano de trabalho apresentado pela entidade conveniada deve ser aprovado pelo órgão ou entidade competente da administração pública antes da formalização do termo de fomento.** No presente caso, conforme já mencionado, o **projeto em comento** foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/VG.

34. Salientamos ainda que consta dos autos declaração da Associação, conforme determina o artigo 23, XV do Decreto Municipal 070/2016. Insta mencionar as vedações legais trazidas pela Lei nº 13.019/2014 no que se refere à *ficha limpa* devendo ser observadas tanto pelas Organizações da Sociedade Civil que desejem celebrar parcerias com a administração pública, quanto individualmente pelos dirigentes das entidades. Desse modo, recomendamos a juntada dos documentos constantes no artigo 23 XVI do Decreto Municipal 070/2016.





PROCURADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO

II.8 – DA MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

35. Outrossim, a minuta do Termo (fls.99/103-verso), contém todos os elementos básicos exigidos pela legislação pertinente, o que a torna apta a produzir seus efeitos no mundo jurídico conforme se espera.

III – CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, considerando que a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal 070/2016 trazem em seus bojos toda a orientação necessária à formalização do referido termo de fomento, não vislumbramos óbice legal à celebração do pretendido termo de fomento, **desde que seja devidamente observado o procedimento exigido no regramento jurídico pertinente, especialmente, as recomendações destacadas neste opinativo.**

37. Relembre-se ainda que as observações expendidas nos autos não passam de recomendações com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, e não a vincular. Portanto, o acatamento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade assessorada.

38. É o parecer, sujeito à apreciação e homologação superior.

Varzea Grande, 24 de abril de 2026

(assinatura digital)

**Talita Regina de Barros
Costa Marques Frâncio¹**
Procuradora Municipal
OAB/MT 9746

Marcelucy Bueno de Moraes
Procuradora Municipal
OAB/MT 7639

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal 11.419/2006.

Maria Eduarda da S. Scedrzyk Barros
Procuradora Adj. Chefe da Procuradoria de Licitação, Contratos e Convênios
OAB/MT 19.815.





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por TALI REGINA DE BARROS COSTA MARQUES FRANCO:93824 187.

GESPRO N.º 41022/2026

SAJ N.º 2026.02.000787

11 / 11

www.varzeagrande.mt.gov.br

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700





PROCURADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO

Procuradoria
Geral

Fls. _____

Rub. _____

DESPACHO/2026/PGMVG/GABPROCGERAL

SAJ n.º:2026.02.000787

GESPRO n.º: 41022/2026

Vistos.

Adoto, para todos os fins de direito, o Parecer Jurídico n.º 140/2026, exarado pela Procuradoria de Licitação, Contratos e Convênios, como razões de decidir, integrando-o ao presente despacho.

Restitua-se o feito à unidade demandante para adoção das providências administrativas cabíveis, nos termos do Parecer Jurídico.

Cientifique-se. Cumpra-se.

Varzea Grande/MT, 24 de abril de 2026.


(assinatura digital) ¹
MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO
Procurador-Geral do Município
OAB/MT 15.436

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal 11.419/2006.





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARCERIAS OSC



CERTIDÃO

Processo nº 041022/2026.

Comunicante: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Objeto: Celebração de Termo de Fomento com o Instituto Futsal Sem Drogas, para execução do Projeto “Famílias Sem Drogas”, por meio da realização de oficinas de futebol e ballet destinadas a crianças e adolescentes de 05 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social no município de Várzea Grande – MT.

Certifico, para os devidos fins de direito, que, em atendimento aos apontamentos consignados no Parecer Jurídico nº 140/2026, exarado pela Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande, foram adotadas as providências necessárias ao saneamento das pendências documentais identificadas no processo administrativo.

Nesse sentido, foram devidamente atualizadas e juntadas aos autos as certidões da Organização da Sociedade Civil, bem como as certidões negativas dos seus dirigentes, anteriormente vencidas, garantindo a regularidade jurídica, fiscal e de adimplência exigida para a celebração da parceria, conforme disposto na legislação aplicável.

Certifico, ainda, que, em atenção ao apontamento constante à fl. 108, referente ao cumprimento do art. 23, inciso XVI, do Decreto Municipal nº 070/2016, a documentação correspondente encontra-se devidamente acostada aos autos à fl. 48, restando atendida a exigência regulamentar.

No que se refere ao apontamento acerca de eventual similaridade de objeto, levantado pela Superintendência de Licitação da Secretaria de Administração, esclarece-se que o projeto em análise possui caráter singular e finalidade específica, voltado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades socioeducativas e esportivas, não configurando sobreposição indevida com outros ajustes, mas sim atuação complementar no âmbito da política pública de assistência social.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARCERIAS OSC




Ademais, cumpre destacar que a deliberação quanto à aprovação de projetos, bem como à destinação e utilização dos recursos vinculados, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, órgão colegiado responsável pela análise e chancela das iniciativas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conferindo legitimidade e aderência do projeto às diretrizes da política pública.

Dessa forma, certifica-se que as pendências apontadas foram devidamente sanadas, encontrando-se o processo regularmente instruído e apto ao prosseguimento das etapas subsequentes, observados os princípios da legalidade, transparência, controle e eficiência administrativa.

Sem mais para o momento, firmo a presente certidão para que produza seus efeitos legais.

Várzea Grande- MT, 28 de abril de 2026.


CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO
Secretária de Assistência Social